



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE
SOCIOCULTURAL**

PRÉ-PROJETO

DE APITOS DE CHAMAR CÚTIAS AOS CACHIMBOS DE MINHA AVÓ, ONDE
ESTÃO OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE MAZAGÃO VELHO?

**AREA DE CONCENTRAÇÃO: DINÂMICAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS
DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL**

LINHA DE PESQUISA: CULTURA E PATRIMÔNIO

CANDIDATO: ANASTÁCIO DA SILVA PENHA

RESUMO

A correspondência oficial durante o período colonial produziu uma série de documentos sobre a Vila de Mazagão, documentos que dão conta da descrição e localização de alguns espaços públicos, além da memória coletiva sobre tais lugares; Mazagão Velho, hoje experimenta um surto de crescimento urbano e esta expansão vem evidenciando referências da ocupação da antiga vila.

Baseado na arqueologia histórica, o presente projeto pretende fazer uma pesquisa em fontes documentais, iconográficas, cartográficas e entre os moradores sobre tais lugares e confirmar ou descartar sua localização. A relevância deste projeto justifica-se na possibilidade de conhecer a história e locais referenciados nos documentos; esse conhecimento, além de contribuir para a compreensão da dinâmica de ocupação dos espaços em Mazagão Velho, traz a possibilidades de minimizar impactos, favorecer planejamento, orientar estratégias que conduzam ao aproveitamento de tais evidências arqueológicas, o que pode representar um veículo de divulgação cultural e ambiental, consolidando-se como instrumento de valorização, promoção social e econômica para Mazagão Velho.

INTRODUÇÃO

A arqueologia histórica tem encontrado um elevado potencial arqueológico em cidades do período colonial; no Estado do Amapá, Mazagão Velho é Possuidora de um acervo de fontes documentais, iconográficas e memória coletiva; com uma trajetória de surtos de desenvolvimento e decadência Esta localidade apresenta-se com muitas possibilidades de pesquisa no campo da arqueologia histórica.

Mazagão Velho foi uma vila planejada e implantada na Amazônia em 1770, para abrigar famílias oriundas de Mazagão do Marrocos, que foi desativada por Carta Régia de 10 de março de 1769. Quem teve a ideia de alocar essas famílias na Região Amazônica foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão Pará, que colocou em prática as políticas pombalinas traçadas para a região, a partir da segunda metade do século XVIII. Durante alguns anos a vila progrediu; no entanto, em 1842, encontrava-se em franca decadência, em consequência de doenças e de má administração; assim, entre surtos de progresso e de decadência, resistiu, e hoje experimenta uma expansão urbana.

Para entendermos o problema objeto deste projeto, é necessário um mergulho na gênese da vila de Mazagão; é necessário, portanto, buscar o início do projeto expansionista português, levado a cabo na África, após a ascensão ao trono da Dinastia de Avis em 1385, que patrocinou as explorações e os estudos náuticos em Sagres.

Elementos econômicos e espirituais, além de privilégios e regalias reais, animavam uma investida contra o norte da África. A expansão marítima era uma sobreposição de religião e interesses comerciais. A tomada de Ceuta, em 1415, marca o início da exploração da Costa Africana e, num impulso El-Ksar e Cehim (1458), Anfa (1468), Tanger (1471), Arzira (1471), Massat (1497), Mazagão (1502), Agadir (1505), Castelo Real (1506), Safi (1508), entre outras foram ocupadas. A primeira preocupação foi erguer fortificações que defendessem o local contra o ataque dos muçulmanos. (Assunção 2009:25; Albuquerque et al. 2006:22).

Em 1513 Mazagão foi transformado um entreposto comercial, para servir aos navegadores que faziam a rota do Cabo. Uma fortaleza foi construída. A importância de Mazagão em Marrocos na África aumentou no governo de D. João III. Em face dos ataques dos mouros em várias áreas ocupadas Em 1534, foi decidida a concentração das forças portuguesas em Mazagão marroquina, bem como o abandono gradativo das demais regiões. Em 1541, Diogo de Torrvalva foi nomeado para estudar a ampliação da construção original, entretanto, foi Benedetto de Ravenna, arquiteto italiano, que fora auxiliar de Leonardo da Vinci, quem fez emergir na Costa Africana uma fortaleza cristã. (Assunção 2009: 26).

Duzentos e cinquenta e seis anos já se haviam passado desde que os portugueses fundaram Mazagão na África, mas, no entorno da cidade, cresciam as hostilidades das tribos árabes. Liderados pelo sultão Sidi Mohamed Bem Abdallah, o cerco a Mazagão mostrava-se disposto a ser prolongado além do que seria razoável tentar resistir. A vida e a economia de Mazagão passariam a depender exclusivamente de seu contato marítimo com a metrópole; além disso, a conjuntura sinalizava para a inviabilidade dos objetivos daquela colônia, tanto econômicos quanto religiosos (Albuquerque et al.2006:24).

Sem possibilitar grandes lucros, Mazagão africana, tornava-se um fardo para a coroa portuguesa. A solução mais conveniente era o abandono da região; restava apenas definir a estratégia de retirada, uma vez que os mouros continuavam as investidas. Desta forma, Mazagão africana é finalmente abandonada em 1769, e seus moradores passam a fazer parte dos planos de Mendonça Furtado de povoar a costa setentrional do Amazonas. (Gilberto 2011: 05. Ramos: 1998).

No rio Mutuacá, a vila de nova Mazagão foi edificada, fruto do projeto de ocupação da região de forma estratégica, para prestar suporte militar e econômico à vila de São José de Macapá (Ramos 1998:95). A vila nova de Mazagão, atual Mazagão Velho, foi criada oficialmente em 23 de janeiro de 1770, tendo como característica os traços de uma cidade colonial.

Os primeiros obstáculos encontrados pelos lusitanos na conquista do Amazonas, sem dúvida foram as constantes lutas contra os autóctones, assim como a presença de holandeses, franceses, irlandeses e ingleses. (Gilberto 2011:02) O processo de colonização não significou o estabelecimento de uma política colonial de povoamento da região; a fixação de núcleos coloniais objetivava a conquista.

No Amapá, durante três séculos, 50% do território foi terra disputada. Assim foram construídos fortins, fortes, fortalezas, aldeamentos, povoados e vilas em vários pontos do que é hoje o Estado do Amapá. Destes baluartes construídos, o que resiste é a Fortaleza de São José de Macapá. Das outras fortificações, restam os últimos vestígios, como os fortes do Araguari, do Igarapé do Lago do Maracá, do Lago do Município de Amapá, do Cumaú, ou nada além do registro histórico. (Vidal 1981:53).

A cidade de Nova Mazagão, hoje conhecida como Mazagão velho esta localizada a apenas 60 quilômetros da capital do Estado Macapá, o acesso é feito através da estrada AP-010. Em 247 anos experimentou surtos de progresso e decadência, resistiu e hoje vive uma expansão urbana sobre o local onde em 1770 foi assentada a vila. Dentro da floresta do entorno é possível observar referências das antigas moradias, cacimbas (poços Amazonas), arruamentos, fragmentos de tijolos, de faianças de garrafas. (Albuquerque et al.2006:75).

Esta expansão urbana é provocada por pessoas que buscam melhores condições de vida e acesso aos serviços públicos (escolas, postos de saúde, etc.) e por antigos moradores que saíram em busca destas mesmas condições e hoje retornam; e tende a aumentar com a facilidade de acesso, provocada pelo asfaltamento da rodovia.

E este surto de crescimento urbano vem reocupando espaços da antiga vila de Mazagão Velho, causando a destruição dos vestígios arqueológicos.

OBJETIVOS:

GERAL:

Mapear e pesquisar vestígios arqueológicos e outros acervos provenientes do processo de ocupação da vila de Mazagão Velho no período colonial, de forma a fazer um estudo baseado na arqueologia histórica.

ESPECIFICOS:

- Inventariar acervos de fontes documentais, cartográficos, iconográficos e aqueles provenientes da memória dos moradores que residem em Mazagão Velho.
- Mapear anomalias geofísicas relacionadas a artefatos e estruturas arqueológicas de edificações e espaços públicos;

- confirmar ou descartar locais com vestígios arqueológicos fazendo o mapeamento destes vestígios arqueológicos estabelecendo dados para pesquisas científicas mais aprofundadas

JUSTIFICATIVA

Com a construção da vila em Mazagão em 1770, uma nova forma de sociabilidade foi estabelecida com a interação entre fidalgos portugueses, índios e escravos. Perdida no meio da floresta amazônica Mazagão era ponto de imbricações de culturas, dualidades, conflitos e sínteses.

A memória da cidade da costa marroquina diluía-se e adaptava-se às novas condições da América Portuguesa, construindo uma nova urbanidade, com elementos da cultura cristã, africana, moura e indígena. (Boyer, 2008)

As evidências que aparecem no entorno da vila de Mazagão Velho, os espaços públicos assinalados na cartografia, e os relatos dos moradores dando conta da existência de evidências, precisam ser confirmadas ou descartadas então uma questão se apresenta:

Onde estão os vestígios arqueológicos do contexto de ocupação histórica de Mazagão Velho?

A cartografia disponível permite observar a disposição do conjunto arquitetônico de alguns espaços públicos, como a cadeia, o senado da câmara, a igreja, o pelourinho, a casa do comandante da vila, e várias outras residências, bem como a conformação das vias. De todos os edifícios e espaços públicos, somente as ruínas de uma igreja em pedra foram objeto de intervenção arqueológica, por uma equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade de Pernambuco, coordenada pelo arqueólogo Marcos Albuquerque.

Entre os vestígios da antiga vila, podemos ainda citar os vários poços amazonas, encobertos pela floresta que contorna a vila, e algumas lixeiras com fragmentos de louças, porcelanas, grés, vidros e ocasionalmente, moedas. Acreditamos que essas lixeiras sejam os locais de onde foi retirado o barro para fazer a taipa das paredes das casas e que, posteriormente, os buracos resultantes foram usados como local de descarte de lixo.

Atualmente a antiga conformação urbana da vila de Mazagão Velho, que se encontrava tomada pelo mato vem sendo reocupada gradativamente. Essa reocupação acaba destruindo evidências arqueológicas da antiga vila sem que se conheça, se preserve se valorize o patrimônio arqueológico.

A intensa ocorrência de evidências arqueológicas distintas, em um espaço geográfico relativamente pequeno, dá conta da riqueza cultural depositada no subsolo da vila de Mazagão Velho. Prezar pelo conhecimento e preservação desse patrimônio não é mero idealismo, mais uma forma de contribuir para tornar possível o encaixe das peças que compõem o quebra-

cabeça do cotidiano dos primeiros habitantes de Mazagão Velho. Bem como valorizar a materialidade deixada por grupos que historicamente acham-se marginalizados neste local como negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos.

É mister estudar Mazagão Velho como resultado de uma forte interação social, uma vila com elementos da cultura cristã, indígena, moura e africana, produtora e consumidora de uma diversidade material e cultural.

Ao longo dos anos, Mazagão tem despertado o interesse de vários autores dos dois lados do Atlântico, entretanto, quase sempre esses autores têm discorrido sobre as questões históricas sem grande aporte sobre a cultura material ou sobre o patrimônio arqueológico.

Hoje entendemos patrimônio como conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. Costa (2013), afirma que nem sempre foi assim:

A noção de patrimônio como a conhecemos hoje nem sempre foi assim, sua função foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais. Apresentando-se como objeto de preocupação já durante a segunda metade do século XIX, a noção de patrimônio consolida-se mesmo com os processos de formação dos Estados Nacionais, onde serve como justificativa ideológica para a formação de uma identidade nacional (Costa, 2013:14).

As últimas décadas proporcionaram mudanças significativas ao conceito de patrimônio cultural. De um discurso patrimonial que enfatizava personagens ilustres da elite dominante e os grandes monumentos artísticos do passado, avançou-se para a concepção segundo a qual o patrimônio cultural viesse a ser compreendido como o conjunto de bens culturais referentes às identidades coletivas. Nessa lógica, as formas de expressão, os costumes passados de geração a geração, os modos de criar, de fazer e de viver, as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, a gastronomia, as expressões de arte, os documentos e os sítios arqueológicos passaram a compor o denso significado do patrimônio cultural (Pelegrine 2009:19).

Romanizio (2010) indica que os alicerces dos estudos do patrimônio histórico e arqueológico passaram a consolidar-se a partir de 1961, com a aprovação da Lei nº 3.924/61, essa lei, concedeu à União a guarda e a proteção de todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos no território nacional, além de proibir a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das reservas arqueológicas ou pré-históricas antes de serem devidamente pesquisadas, demonstra que os bens arqueológicos são herança direta dos povos formadores da identidade nacional.

O direito à cultura é uma garantia constitucional prevista no artigo 215 da Constituição brasileira. Já no artigo 216, encontramos os sítios arqueológicos como elementos da

construção do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao poder público, com colaboração da sociedade, a proteção e a promoção desse patrimônio, (Constituição 1988, art. 216). Porém, mesmo que essa proteção e promoção tenham previsão legal, ainda paira na sociedade considerável desconhecimento de que os bens arqueológicos constituem o patrimônio cultural brasileiro.

O presente estudo pode subsidiar um programa de educação patrimonial, buscando alcançar a coletividade e provocar nesta a reconquista e afirmação da identidade local, pois, para Horta Grumberg e Monteiro (1999:6), a educação patrimonial torna-se um poderoso “instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua autoestima através da revalorização e reconquista da sua própria cultura e identidade”.

Schaan (2007:131) defende que projetos de educação patrimonial que promovam o envolvimento real da sociedade na concepção, na gestão e no estabelecimento de prioridades na execução de projetos de pesquisa arqueológica na Amazônia são fundamentais para aflorar o sentimento de pertencimento das comunidades locais para com o patrimônio cultural, tornando nesse caso, a comunidade de Mazagão Velho, como agente principal para defesa e promoção do patrimônio arqueológico local.

A bibliografia busca a compreensão de arqueologia histórica, do patrimônio arqueológico cultural, da legislação pertinente, e pretende-se fazer um panorama sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados ao tema. Nesta pesquisa, serão consultados autores de reconhecida contribuição no que concerne à temática da pesquisa, tais como Symanski, Albuquerque, Najjar, Zanettinni, Costa, Funari, Damata, Cartas Patrimoniais, etc..

Na Amazônia, talvez pela exuberância e abundância de material arqueológico pré-histórico, a arqueologia histórica é pouco estudada. A escassez de dados, principalmente sobre arqueologia histórica é resultado de vários fatores, entre os quais, citamos: prevalência da pesquisa pré-histórica; o fato de as pesquisas sobre arqueologia histórica na Amazônia ainda não terem recebido a atenção acadêmica e o investimento necessários frente ao potencial que possuem; os artefatos dos sítios históricos, apesar do potencial informativo, não possuem o apelo visual das cerâmicas, que, atualmente, recebem a atenção quase exclusiva dos pesquisadores.

Mazagão apresenta-se como um local de várias possibilidades dentro da arqueologia histórica, e, queremos lembrar que no Brasil, teve sua gênese nas regiões Sul e Nordeste, com os estudos em igrejas, fortes e assentamentos missionários. Percebe-se, nesse período, a

preocupação da manutenção e da confirmação da história oficial ou nacionalista. Apesar de um desenvolvimento lento na segunda metade do século XX, a arqueologia histórica gradualmente firmava-se, buscando seu lugar no quadro das ciências humanas.

Uma das demonstrações de amadurecimento e que nas últimas décadas, a arqueologia histórica vem buscando dar visibilidade a temas de investigação relacionados às relações de poder, de gênero, de identidades sociais e culturais, de dominação, de resistência, de colonização, de ideologias. Atores sociais ganham visibilidade juntamente com as paisagens e os ambientes. (Najjar 2002:09) As abordagens desses temas podem ser enriquecidas porque o arqueólogo histórico pode avaliar o que está posto nos depoimentos, nas tradições orais e nos registros iconográficos, com o campo das práticas e das representações sociais. Como observado na seguinte afirmação:

Por fim, a arqueologia histórica é demonstrada aqui não como uma fonte a mais de investigação sobre o passado, mas sim como um saber próprio que tem muito a contribuir com a produção do conhecimento histórico. De um lado atingindo o particular, o quase intangível das relações sociais através do estudo de coisas triviais e cotidianas, por vezes esquecidas ou simplesmente ignoradas em detrimento de outras fontes históricas, como a cultura material. De outro lado buscando o contemporâneo, não só como uma forma de entendimento dos fatos ocorridos e de seus desdobramentos no tempo presente, mas sim como uma atividade de reflexão e análise sobre a condição atual das relações sociais no campo e a proposta de construção de uma arqueologia do rural. (Costa 2012: 259)

A realização de pesquisas arqueológicas em sítios históricos, ao longo dos últimos vinte anos, tem contribuído para a consolidação da arqueologia histórica na Amazônia e no Brasil. O estudo da cultura material colonial, a partir de diversas abordagens, tem contribuído com uma narrativa histórica mais plural, onde as relações entre colonizadores e nativos têm ganhado novos contornos.

O conhecimento pretérito em Mazagão Velho é importante e urgente; importante pela trajetória histórica e por agregar em um mesmo local diferentes vestígios arqueológicos, e a urgência justifica-se pela perda diária de informações decorrente da destruição destes vestígios, em função da nova expansão urbana, em cima de onde originalmente foi assentada a vila, e pela falta de consciência preservacionista de alguns moradores e do poder público constituído.

Esse conhecimento, além de contribuir para a compreensão da dinâmica de ocupação dos espaços em Mazagão Velho, traz a possibilidades de minimizar impactos, favorecer planejamento, orientar estratégias que conduzam ao aproveitamento de tais evidências arqueológicas, como por exemplo, com o uso da museologia e do turismo, o que pode

representar um veículo de divulgação cultural e ambiental, consolidando-se como instrumento de valorização, promoção social e econômica para Mazagão Velho.

Ou seja, a localização e o registro dos locais com vestígios arqueológicos podem possibilitar o despertar de uma nova relação dos moradores com tais vestígios e ajudar a desenvolver ações educativas com a intenção de instrumentalizar esses moradores, os quais, fundamentados em discussões, possam contribuir para a preservação deste patrimônio, associado ainda às questões ambientais. Com isso, construir-se elementos para contribuir para a preservação da memória coletiva do lugar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a especificidade do tema, o trabalho será desenvolvido utilizando-se procedimentos de abordagem metodológica descritiva, num processo dialético de pesquisa bibliográfica e de campo; em varias etapas:

A primeira etapa será feita considerando-se o diálogo com a literatura especializada sobre arqueologia histórica e áreas afins como a história, geografia e antropologia. Por pesquisa bibliográfica, entende-se um apanhado geral dos principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes fornecidos por diversas entidades relacionados ao tema. E orientação de caráter técnico-científico com o orientador e professores do curso.

A etapa de aproximação com o objeto de estudo, ou seja, a pesquisa de campo será precedida por um levantamento documental textual e iconográfico sobre o processo de ocupação da vila, e aqueles provenientes da memória dos moradores que residem em Mazagão Velho buscando ainda destes se conhecem a localização de locais com vestígios arqueológicos.

A etapa seguinte compreende a prospecção e buscar-se-á confirmar ou descartar os locais com vestígios arqueológico indicados por moradores da comunidade, e será feita visualmente com visitação e observação de tais locais ou através da prospecção Arqueo-geofísica

A Prospecção Arqueo-geofísica, cujo objetivo é a investigação de feições de dimensões relativamente pequenas e rasas, de escala local, dentro da terra. Os métodos geofísicos de prospecção atendem à necessidade da Arqueologia, pois satisfazem a necessidade de maior exatidão dos locais para escavações, assim como otimizam o tempo e os custos envolvidos com as etapas de prospecção. Entre os métodos, o radar de penetração no solo (GPR) é usualmente utilizado para mapear anomalias de propriedades eletromagnéticas associadas aos artefatos e às feições arqueológicas, situadas em profundidades rasas, tais como peças cerâmicas, cavidades, sambaquis e estruturas de edificações (muralhas de cidades, alicerce de igrejas e ruínas de estradas), que são relacionadas a atividades humanas pretéritas (Reynolds

1997:796). Será preferencialmente utilizado nos espaços discriminados na cartografia e nos espaços públicos (Pelourinho, casa da câmara, cadeia, etc.).

Para a execução da prospecção geofísica utilizar-se-á do método geofísico *Ground Penetrating Radar* - GPR.

Os ensaios de campo na obtenção dos perfis GPR ocorrerão na área delimitada para os trabalhos de prospecção arqueológica. Os ensaios consistirão na transmissão de ondas eletromagnéticas de frequência central de 400 MHz em sub-superfície, a partir de uma antena transmissora colocada na superfície do terreno, as quais se propagam nos materiais da subsuperfície. O tempo duplo decorrido entre o início da radiação e a detecção da onda refletida será registrada pela mesma antena, antena monoestática, permitindo que se estimem as profundidades das interfaces de reflexão geológicas ou de artefatos presentes no meio investigado. Os perfis ensaiados terão no eixo horizontal as posições da antena (distâncias) em função do tempo duplo dos refletores no eixo vertical (radargrama).

Nos registros dos ensaios de campo dos perfis GPR utilizar-se-á o equipamento IDS. A antena monoestática que será orientada perpendicularmente à direção do perfil (modo TE), permitindo obter-se área de maior pegada do GPR, possibilitará a investigação de refletores, teoricamente localizados até 4 m de profundidade (Jol 2009:524). As medidas serão obtidas no modo tempo contínuo em perfis paralelos. O controle da distância entre os perfis e o posicionamento horizontal será feito com auxílio de trena, inserindo marcas no radargrama a cada 10 m.

O processamento dos registros obtidos será realizado com o programa computacional GRED. Empregar-se-á um processamento básico e/ou avançado visando melhorar as imagens. Os seguintes procedimentos serão usados: (a) redistribuição espacial da amostragem para obtenção de espaçamento uniforme entre as medidas; (b) aplicação de filtro passa alta (dewow) para remover as componentes de baixa frequência dos dados que estão associados com a saturação eletrônica do receptor; (c) estabelecimento do tempo zero em todos os traços de registro, para obtenção do nível zero de profundidade (posição da superfície do terreno); (d) Filtragem temporal para permitir realçar a estrutura ou alvo que está sendo investigado ou para remover sinais espúrios; (e) Filtragem espacial para remover ou realçar diferentes tipos de variação espacial; (f) conversão da escala vertical de tempo (ns) em profundidade (m), utilizando a velocidade de propagação da onda eletromagnética, determinada pelo método da superposição de hipérbole no radargrama; (g) ajuste de ganhos para realçar os fracos refletores localizados nas profundidades mais elevadas.

Na análise dos dados geofísicos, o método de interpretação empregado consistirá em identificar nos radargramas reflexões significativas com base na intensidade e coerência do sinal. As reflexões originadas de objetos arqueológicos 2D e 3D presentes em subsuperfície (como vasilhas, urnas, alicerce de edificações) são caracterizadas por feições hiperbólicas.

Confirmada a existência de vestígios arqueológicos será feito o mapeamento de tais evidências arqueológicas com localização no GPS bem como o preenchimento de ficha específica descrevendo as características de tais vestígios (tipo ficha de cadastro de sítio arqueológico do IPHAN).

Após a coleta, os dados serão classificados de forma sistemática, por meio de seleção, codificação e tabulação. Esta classificação possibilita maior clareza e organização na última etapa desta pesquisa, que é a elaboração do texto da dissertação.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

AÇÕES	PERÍODO 2020/ 2022			
	Sem 1	Sem 2	Sem.3	Sem.4
1 – Readequação do pré-projeto	x			
2 – Definições dos enfoques a serem abordados teoricamente	x			
3 – levantamentos documentais textuais e iconográficos		x		
4 – Contatos com a comunidade		x	x	
5 – planejamento das prospecções arqueológicas.		x		
6 – Prospecções arqueológicas		x	x	
7 – Sistematizações das informações		x	x	
8 – Qualificação			x	
9 – Versão final da dissertação				x
10 – Defesa da dissertação				x

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, M, e Lucena, V. 2006. Prospecção Arqueológica em Mazagão Velho, Relatório encaminhado à segunda superintendência do IPHAN.

Assunção, P. de, 2009. Mazagão: cidade em dois continentes Usjt – Arq. Urb.. Numero 02, segundo semestre,. 22 -55.

Boyer, V. 2008. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 28(2), p. 11-29.

Brasil, 2001. Constituição 1988: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 0/92 a 30/2000 e Emendas de Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Ed. Atual. Em dezembro de 2001. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições técnicas, 403.

Costa, D. M. 2013. Lavras do Abade: estratégias de Gestão para o Patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás, tese de mestrado, Goiânia.

Costa, D. M. 2012. Os Sítios históricos do Ribeirão João Leite: Uma arqueologia do rural, *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia* Ano 3, N.4, Julho, 150 – 160.

Funari, P. P. 2004. A. Teorias e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. *Mneme Revista de Humanidades*, Caicó, v. 6, n. 13, 1-5, dez. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/124.pdf>>. Acesso em: 19/10/2016.

Gilberto C. A. 2011. Os documentos cartográficos e outras iconografias: importância na pesquisa e preservação do patrimônio cultural do Brasil, in *Anais do I simpósio de cartografia histórica*. 01- 23.

Horta, M. de L. P., Grunberg, E.e Monteiro, A. Q. 1999. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial.

Jol, H. M. 2009. Ground penetrating radar: Theory and Applications. Oxford: Elsevier,. 524

Najjar, R. 2002 Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração: 1. Brasília: IPHAN.

Pelegrine, S. A.C. 2009. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense.

Ramos, E. 1998. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão, in *A Escrita da História Paraense*, org. de Rosa Acevedo Marin, Belém do Pará, NAEA/UFGA, 1998, p. 95.

Reynolds, J. M. 1997. An Introduction to Applied and Environmental Geophysics. Wiley, Chichester,. 796 p.

Romanizio, R. 2010. Gestão do Patrimônio histórico-arqueológico em projetos de infraestrutura.

Schaan, D. P. 2007. Múltiplas vozes, memória e história. Por uma gestão compartilhada do Patrimônio Arqueológico na Amazônia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, nº33,

Vidal, P, E. 1981. Informações sobre a história do Amapá – 1500 – 1900.